

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
realizada pela
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
em **POÇOS DE CALDAS**

ALMG

Consultoria Temática da CSP

Obs.: Relatório sem revisão ortográfica e gramatical

Poços de Caldas, 7/6/2010

I - Apresentação

Em 7/6/2010, realizou-se, na Câmara Municipal de Poços de Caldas, a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Vice-Presidente, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por objetivo debater, em audiência pública, questões relativas à segurança pública no Município e na Região.

Além do Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, e do Deputado Carlos Mosconi, Presidente da Comissão de Saúde da ALMG, compuseram a Mesa: o Vereador Marcus Eliseu Togni, Presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas; Sérgio Luis Krizanski, Secretário Municipal de Defesa Social, representando o Prefeito de Poços de Caldas; Inspetor Helênio Romualdo Almeida, Superintendente Substituto da Polícia Rodoviária Federal em Poços de Caldas, representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Cel. José Dimas da Silva Fonseca, Comandante da 18ª Região da Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da PMMG; Ten. Douglas Martins Soares, Comandante da 2ª Cia. de Bombeiros Militares de Poços de Caldas, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais; Delegado Antônio Carlos Correa de Faria, Chefe do 18º Departamento da Polícia Civil, representando o Chefe de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Bruno Pinto Rodrigues, Defensor Público, representando o Defensor Público-Geral; Gustavo Henrique Neves Machado, Diretor de Relações Institucionais da Secretaria de Esportes e da Juventude, representando o Subsecretário de Políticas Antidrogas e o Secretário de Estado de Esportes e da Juventude; e Gláucia Aparecida Boaretto, Vice-Prefeita de Poços de Caldas.

II – Desenvolvimento da reunião

II.1) Exposições

O Presidente da Comissão, após declarar aberta a reunião, ressaltou que já haviam sido realizadas reuniões em 17 Risps e que já haveria um diagnóstico sobre a integração das polícias. Agradeceu aos órgãos dos sistemas de segurança pública e justiça pela presença constante nas audiências. Informou que os relatórios dessas reuniões ajudarão as discussões do Fórum Técnico sobre segurança pública, drogas, violência e criminalidade na ALMG, do qual surgirá um livro para subsidiar a elaboração do Orçamento do Estado e do Plano Plurianual de Ação Governamental.

Acrescentou que o tráfico de drogas tem sido o grande motor da violência. Avaliou que, se o aumento do número de prisões mantivesse o mesmo ritmo, não haveria cadeias suficientes em 2011. Ressaltou que seria necessário investir no tratamento do dependente químico, a fim de evitar-se que o ciclo de demanda continue em expansão. Disse, por fim, que as reuniões também detectaram um dado relevante: o número reduzido de policiais civis e policiais rodoviários federais nas Risps.

A seguir, o Deputado João Leite compôs a Mesa e passou a palavra a seus integrantes.

O Vereador Marcus Eliseu Togni agradeceu a todos pela presença e participação.

O Deputado Carlos Mosconi ressaltou que Poços de Caldas possui um baixo índice de criminalidade, bem como o IDH maior do Estado e 20º do País. No entanto, apesar desse quadro favorável, Poços de Caldas também integraria o mapa da droga e teria experimentado um aumento exagerado do uso do “crack”, disseminado especialmente entre a população de baixa renda e já atingindo a zona rural. Questionou se o Estado estaria preparado para combater esse problema e o que fazer para dar tranquilidade e apoio a famílias que possuem filhos ou netos viciados, haja vista que o tratamento é caro. Afirmou que o Estado deve voltar-se para essa questão de forma incisiva, como uma das políticas públicas prioritárias.

O Deputado João Leite comentou que a porta de entrada para o tratamento do dependente químico é o Caps, mas em Minas Gerais haveria apenas 19 desses centros. Em Belo Horizonte, só um para atender a uma população de 2.500.000 habitantes.

O Deputado Carlos Mosconi comentou que o Caps foi criado para substituir os hospitais psiquiátricos – iniciativa que considera adequada –, mas não têm capacidade para atender nem 1% da demanda do nosso Estado, caso se considere os dependentes de drogas.

O Delegado Antônio Carlos Correa de Faria confirmou que a 18ª Risp é a mais segura do Estado. Possui o menor índice de vulnerabilidade juvenil de Minas Gerais e o quarto menor do Brasil. Informou que, entre 2007 e 2009, o número de crimes violentos diminuiu de 248 para 112, e que, em 2009-2010, todos os crimes de homicídio, de roubo a postos de gasolina e de sequestro foram elucidados, tudo isso fruto da prioridade dada pela Polícia Civil aos crimes violentos relacionados ao tráfico de drogas. Esclareceu que dados da Fundação João Pinheiro e da Polícia Militar confirmam a redução da criminalidade na Risp.

Ressaltou, ainda, que, em 2009 e 2010, tem-se reprimido rigorosamente o tráfico de drogas na Região, que o número de inquéritos concluídos e encaminhados ao Judiciário superou, por ampla margem, as metas previstas, e que o 18º Departamento da Polícia Civil – DOC – teve ótimo desempenho na elaboração de TCOs e processos administrativos. Afirmou que tais resultados positivos devem-se à capacidade dos policiais civis e militares e ao trabalho integrado com outros órgãos de defesa social, a exemplo do Grupo de Monitoramento Integrado – GMI –, que agrega também a Polícia Rodoviária Federal, a Guarda Municipal e a Suapi.

Mencionou, ainda, os problemas do 18º DPC: escassez de recursos humanos, em especial

de Delegados e escrivães; inexistência de local para custódia de crianças e adolescentes em conflito com a lei, principalmente nos plantões noturnos; furto e roubo de veículos em Alfenas; não construção do presídio em Poços de Caldas.

Citou, também, algumas iniciativas focadas na melhoria da segurança pública para a Região, incluindo a contenção da criminalidade que migraria do Estado de São Paulo para lá: futura criação da Risp Sul na área mais carente da cidade, em parceria com a Prefeitura, com orçamento já aprovado, e agregando, além das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros, a Guarda Municipal, um posto de identificação, atendimento à mulher e o Conselho Comunitário; disseminação da metodologia de Polícia Judiciária para as demais regionais do 18º DPC; trabalho de formação de inteligência em Alfenas; criação do Grupo de Investigações Rurais – GIR – na região de São Sebastião; parceria entre a Pontifícia Universidade Católica – PUC – e instituições que integram o GMI para a troca de informações e trabalho conjunto; criação de núcleos de operações estratégicas, com um Delegado de operações em inteligência e, pelo menos, dois policiais civis em cada regional; proposta de criar mais quatro Departamentos Antidrogas no Estado, sendo um deles a ser alocado em Poços de Caldas; criação da 1ª Agência de Inteligência Policial – AIP.

O Cel. José Dimas da Silva Fonseca ressaltou que, mesmo antes da criação da 18ª Risp, em janeiro passado, já havia naquela cidade uma forte integração, motivo que lhe garantiu o melhor desempenho entre todas as Regiões, apesar de ser a mais nova. Afirmou que conseguiram diminuir ainda mais o índice de criminalidade violenta nos primeiros meses de 2010.

Disse, ainda, que a Região é muito importante na contenção da criminalidade que migraria de São Paulo para Minas, principalmente a relacionada ao tráfico de drogas. Mencionou que Passos e Alfenas seriam as cidades mais problemáticas, mas a criação de mais uma companhia da PMMG e a integração das ações de inteligência e de defesa social em Passos estariam resultando na redução de seus índices de criminalidade. Alfenas, porém, permaneceria como a cidade mais violenta da região, carecendo de atenção especial. Informou que a Igesp, já utilizada em Poços de Caldas, seria estendida para Passos e Alfenas.

Opinou que a criação da Companhia Escola em Poços de Caldas é um grande ganho. Disse que a motivação será outra, pois o pessoal realmente fincará seus passos nesta Cidade. O início do Curso Especial de Formação de Sargentos teria efeito semelhante, pois evitaria que boa parte do efetivo de cabos da Polícia Militar local migrassem para Pouso Alegre. Por fim, reforçou a necessidade de se construir no Município um presídio, pois as condições da cadeia pública seriam desumanas, e um centro socioeducativo para acolher crianças e adolescentes em conflito com a lei, pois o Sul do Estado não teria nenhum.

O Ten. Douglas Martins Soares apontou que a atuação do Corpo de Bombeiros na região tem sido focada sobretudo na prevenção – por meio de palestras e de capacitação em primeiros socorros, em prevenção de acidentes, e em observância à Lei de Prevenção e Combate a

Incêndio –, além do apoio prEstado aos demais órgãos integrados à defesa social. Externou a preocupação com a redução em 20% no efetivo nos últimos quatro anos, bem como o anseio pela criação de um batalhão local ou de outra companhia independente, cujas instalações já estariam sendo preparadas. Informou, por fim, que começariam a receber jovens para medidas socioeducativas e manifestou sua crença na integração total das ações de defesa social.

O Inspetor Helênio Romualdo Almeida afirmou que o maior problema da Polícia Rodoviária Federal na Região é o efetivo reduzido, com menos de 20 policiais. Mencionou também a preocupação da Instituição com embriaguez ao volante no caso de veículos de carga e com a exploração sexual de crianças e adolescentes. Nesse último caso, a Comissão de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal estaria desenvolvendo trabalho de combate em todo o Estado bem como um projeto para atender e minimizar o sofrimento das vítimas.

O Secretário Sérgio Luis Krizanski ressaltou o trabalho conjunto das Secretarias Municipais de Serviços Públicos, de Promoção Social, de Esportes e de Educação, focado na coibição ao contrabando e ao tráfico de drogas, no acolhimento de migrantes e na retirada de crianças das ruas, proporcionando-lhes atividades esportivas e educacionais praticamente o dia todo. Essas ações contribuiriam para a redução da criminalidade na Região. Frisou que, apesar dos poucos recursos, a Prefeitura estaria dando total apoio aos órgãos de defesa social.

Esclareceu que a Guarda Municipal estaria motivada e com duas novas patrulhas: uma na área rural e outra nas escolas públicas, acompanhando a saída dos alunos. Isso, no entanto, ainda não aconteceria em todos os estabelecimentos de ensino, dada a insuficiência de efetivo. Mencionou, também, a Guarda Verde, com trabalho de proteção ao meio ambiente em parceria com a Polícia Civil, e a redução de praticamente 80% nos danos a próprios públicos.

Frisou a necessidade da construção de uma nova unidade prisional, bem como de um centro de acolhimento ao menor. Ressaltou, ainda, a necessidade do estabelecimento da Polícia Federal na região, vez que seria alto o trânsito de pessoas vindas de outros Estados. Por fim, frisou o perigo da “internet”, que seria responsável pela maioria dos crimes violentos – à semelhança do “crack” –, como veículo para as drogas, a pedofilia e outros crimes.

Gustavo Henrique Neves Machado realçou a necessidade de continuidade no trabalho integrado que vem sendo feito no Município, em face de seus resultados positivos e, particularmente, considerado o potencial de migração da criminalidade pela proximidade com São Paulo. Assim, sublinhou a importância de ações municipais pensadas em longo prazo, independentemente de disputas políticas, conforme tem ocorrido em Poços de Caldas.

Afirmou, ainda, acreditar que a juventude merece um tratamento diferenciado, não apenas em torno de temas ligados à criminalidade e violência – o que considera fundamental –, mas também apoiando atitudes positivas e de crescimento, a exemplo do empreendedorismo e do voluntariado. Disse que o governo estadual, por meio de sua Coordenadoria Especial de Juventude, tem desenvolvido políticas focadas tanto em diminuição da criminalidade entre

crianças e adolescentes quanto em oportunidades para a juventude, vez que se considera que o jovem é não um problema, mas sim parte de uma solução maior.

O Defensor Público Bruno Pinto Rodrigues esclareceu que mais de 70% dos casos atendidos pela Defensoria Pública na Comarca estão relacionados ao tráfico ou consumo de drogas, incluindo desde adolescentes até adultos da terceira idade. Ressaltou que, apesar do empenho dos órgãos competentes e dos resultados positivos em Poços de Caldas, o problema residiria na falta de tratamento para dependentes. Estes, por vezes, acabam encarcerados por delitos cometidos para a compra da droga. A propósito, lembrou o aumento de presos na cadeia local. Diante dessa situação, apontou para a criação de centros de tratamento no Estado e a construção do presídio no Município.

Afirmou, também, que, dos 1.200 cargos de Defensores Públicos no Estado, somente 450 estariam em atuação, sendo preciso, portanto, fortalecer a categoria. Realçou que atuam em caráter de emergência no Município, mas possuem projetos focados no desenvolvimento da cidadania entre famílias das áreas rurais e da periferia, pois acreditam que a Defensoria deva ter papel educativo junto à infância e adolescência e às comunidades. Com isso, apostam na elevação da auto-estima da população e no rompimento do ciclo de violência resultante do uso de drogas, em especial o “crack”.

O Presidente da Comissão comentou que, desde a CPI do sistema carcerário e das leis que dela resultaram, a ALMG vem preocupando-se intensamente com a situação da Defensoria Pública e hoje acompanha com muito interesse o concurso para reforçá-la, suspenso por ação judicial.

A Vice-Prefeita Gláucia Aparecida Boaretto frisou que, apesar do trabalho já feito e da atuação dos Postos de Saúde da Família – PSFs – e dos Centros de referência de Assistência Social – CRAs – nas periferias do Município, o problema das drogas, particularmente o “crack”, ainda constituiu forte preocupação. Disse que a maior carência relaciona-se ao tratamento de dependentes. Externou sua preocupação com a inexistência de um centro de acolhimento para crianças e adolescentes em conflito com a lei, ressaltando a relevância de um projeto bem elaborado com tal propósito, evitando-se que ele se torne um “cadeião”. Para ambos os pleitos, pediu apoio às autoridades.

O Presidente da Comissão comentou que um Centro Integrado, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, estaria sendo implementado pela primeira vez em Belo Horizonte e que o Estado possuía recursos para a construção de outro centro de internação de adolescentes em conflito com a lei em Betim, mas uma lei municipal proibiu essa construção. Informou que haveria uma audiência pública da Comissão naquela cidade e que o assunto seria discutido. Contou, ainda, que visitou o centro de internação de Juiz de Fora, o qual, apesar de possuir estrutura adequada, encontrava-se em rebelião, pois lá havia muitos adolescentes do sul do Estado, descontentes com a distância de suas cidades e famílias. Pediu, por fim, especial

atenção do Deputado Carlos Mosconi para a demanda pela implementação de tais centros em todo o Estado.

II.2) Discussão

Após as exposições dos componentes da Mesa, os inscritos tiveram a palavra.

O Pastor Milton Santana, da Igreja Quadrangular Independente, falou sobre a proposta de um novo sistema carcerário para o século XXI – com participação da sociedade civil organizada, proximidade da família dos presos e recuperação de réus primários –, a qual já teria sido apresentada ao Governador do Estado e ao Deputado Federal relator da CPI do sistema carcerário. Disse que a ideia foi bem aceita e já estaria sendo encaminhada de modo que Poços de Caldas venha a receber o projeto piloto. Informou, também, que a maquete da penitenciária já teria sido publicada.

O Presidente da Comissão confirmou o encaminhamento da proposta mencionada pelo Pastor ao Subsecretário de Administração Prisional e comentou sobre a PEC nº 470/2010, mediante a qual será possível acompanhar o Fundo Penitenciário Nacional. Em seguida, solicitou ao Delegado Carlos Camargo informações sobre o perfil do tráfico na região.

O Delegado Carlos Camargo esclareceu que a principal preocupação é o “crack” e que a grande vulnerabilidade são os 350KM de divisa com São Paulo. Grande parte das drogas viria da Bolívia pela “rota caipira”: Campinas, Mogi Mirim, Mogi Guaçu e sul de Minas, por rodovias federais e estradas vicinais. Afirmou, ainda, que os números comprovam a eficácia do combate ao tráfico na região: as delegacias cheias estariam de inquéritos; as varas criminais, lotadas de processos; a pauta de audiências, ocupada até 2012; e a população carcerária local, cheia de traficantes e dependentes envolvidos com crimes. Por fim, também apontou a urgência da construção de um presídio, bem como a instalação de centros para o acolhimento de crianças e adolescentes em conflito com a lei e para o tratamento de usuários de drogas.

O Delegado Carlos Eduardo Galhardi di Tommaso confirmou a avaliação de que o combate ao tráfico na região é eficaz. Sobre a rota de entrada, acrescentou Ribeirão Preto como origem do fluxo para Passos. Por fim, solicitou o aumento do efetivo de policiais civis e Delegados na região.

O Deputado João Leite perguntou a respeito de denúncias sobre atuação irregular de Agentes Penitenciários e sobre o desaparecimento de 1500 processos no fórum de São Sebastião do Paraíso.

O Delegado Antônio Carlos respondeu: sobre o caso dos Agentes Penitenciários, não tinha conhecimento, mas o Delegado Regional atual seria competente; sobre o desaparecimento de processos, aguardava-se a denúncia à Polícia Civil para início de investigações.

O Presidente da Comissão perguntou o número de varas criminais em Poços de Caldas.

O Defensor Público Bruno Pinto apontou duas, uma acumulada com a Vara da Infância e

Juventude e outra com a de Execução Penal, mas haveria mistura de atribuições diferenciadas.

O Deputado João Leite lembrou que uma proposição para a criação de mais três varas na região já havia sido aprovada, mas que ainda não havia sido efetivada.

O Defensor Público Bruno Pinto esclareceu que não estaria havendo liberação de presos na cadeia por decurso de prazo na apuração dos inquéritos, mas que não sabia sobre a liberação de presos por decurso de prazo em andamento de processo.

O Presidente da Comissão informou que, no dia seguinte, a ALMG, com a presença de seu Presidente, assinaria, juntamente com o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e o Governo do Estado, um convênio para informatização e acompanhamento da execução de penas no Estado, fruto do trabalho da Comissão Especial sobre o tema. Na sequência, perguntou sobre a existência de uma companhia independente da Polícia Militar Rodoviária e de estradas federais delegadas à Polícia Rodoviária Estadual naquela região.

O Cel José Dimas esclareceu que, com a 18ª Risp, foi criada a 18ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito. Respondeu também que a BR-050 é uma rodovia federal delegada, estando seus 1.300km sob a responsabilidade dessa Companhia. Mencionou, por fim, que o efetivo é reduzido diante do grande número de acidentes por imprudência ou negligência, mas que a formação de policiais na Companhia Escola local poderá, a médio e longo prazos, suprir essa deficiência.

O Inspetor Helênio Romualdo esclareceu que são três as rodovias sob a responsabilidade da 13ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal, com sede em Poços de Caldas: as BRs-146, 267 e 459, sendo a BR-491 delegada à Polícia Militar. Afirmou que as condições de sinalização e pavimentação são boas e não há carências materiais nem de infraestrutura – o número de viaturas e aparelhos de última geração é suficiente. No entanto, só há um posto e o número de policiais seria 16, muito pequeno diante da necessidade de 50 para atuar em 500km.

A Vice-Prefeita Gláucia Aparecida e o Defensor Bruno confirmaram a atuação conjunta da Defensoria Pública, dos CRAs e dos PSFs, utilizando espaços físicos comuns e dialogando sobre o trabalho itinerante. Ademais, haveria plena interação no trabalho realizado na assistência a mulheres vitimizadas, a crianças e adolescentes em conflito com a lei e a dependentes químicos.

O Presidente da Comissão comentou sobre a postura do Governo Federal para o tratamento de dependentes químicos: ênfase nos Caps-AD, mas sem reconhecer as comunidades terapêuticas.

O Deputado Carlos Mosconi acrescentou que a iniciativa do Governo Federal seria muito tímida, aquém da necessidade, pois haveria disparidade entre o uso de drogas e a forma de efetivar o tratamento dos usuários. Citou a atuação do Governo Federal no combate à aids como exemplo da eficácia de uma coordenação adequada entre decisão coerente e ação integrada, sugerindo o mesmo tipo de atuação no combate às drogas. Ressaltou a importância do envolvimento das escolas e dos PSFs na prevenção ao uso de drogas. Sugeriu que as estruturas

físicas dos vários hospitais fechados por dificuldades financeiras sejam aproveitadas para a instalação dos Caps, reutilizando-os, vez que haveria instrumentos adequados para o combate ao uso da droga mas que faltariam as estruturas.

O Vereador Álvaro Assumpção Cagnani, Vice-Presidente da Câmara Municipal, abordou a permanência de presos na cadeia mesmo após cumpridas suas penas, o que seria preocupante pela injustiça e pelo risco de que sofram influência negativa de presos de maior periculosidade. Esse problema ocorreria porque há excesso de processos. Apesar da boa atuação da Defensoria Pública, das polícias e do judiciário, a situação ainda seria grave. Para resolvê-la, pediu apoio às autoridades.

Antes de encerrar a reunião, o Presidente da Comissão agradeceu a cada um dos participantes e reiterou a gravidade das questões envolvendo as drogas, em particular o crack. Afirmou tratar-se de uma epidemia no Estado e no País, de uma situação insustentável. Discordou dos movimentos que defendem a liberação do uso de drogas. E concordou com o Deputado Carlos Mosconi no sentido de que a possível solução talvez seja uma política do Governo Federal que una os instrumentos já existentes à reutilização de estruturas físicas hoje em desuso.

II.3) Encaminhamentos aprovados:

a) ofício ao Secretário de Defesa Social, solicitando:

- a construção de um presídio no Município de Poços de Caldas;
- a construção de um Centro Socioeducativo no Município de Poços de Caldas;

b) ofício à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, solicitando o aumento do efetivo da corporação nas rodovias federais que atravessam a região sul do Estado;

c) ofício ao Defensor Público-Geral, solicitando mais Defensores Públicos na Comarca;

d) ofício ao Ministério da Justiça, solicitando a recomposição do efetivo da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, especialmente na 13ª Delegacia, no Município de Poços de Caldas.

III - Principais pontos abordados

III.1) Criminalidade:

- a) disseminação do uso de crack, em especial entre as populações de baixa renda e rural;
- b) delitos praticados por dependentes químicos, para aquisição de drogas;
- c) entrada do tráfico de drogas e da criminalidade pela divisa com São Paulo;
- d) criminalidade alta em Alfenas, particularmente furtos e roubos de veículos;

- e) exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias da região;
- f) embriaguez ao volante, em especial no caso de veículos de carga.

III.2) Resultados positivos:

- a) IDH de Poços de Caldas;
- b) índices baixo de criminalidade e alto de elucidação de crimes entre 2007 e 2010;
- c) atuação integrada das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros e demais órgãos do sistema de defesa social do Estado na região, a exemplo do trabalho do GMI;
- d) superação das metas na conclusão de inquéritos policiais entre 2009 e 2010 assim como o desempenho do 18º DPC na elaboração de TCO e de processos administrativos;
- e) futura criação da Risp Sul;
- f) iniciativas da Polícia Civil, tais como a disseminação da metodologia de Polícia Judiciária, a criação de núcleos para operações estratégicas nas regionais, a organização da inteligência em Alfenas, a criação do GIR em São Sebastião, a parceria entre a PUC e as instituições do GMI;
- g) criação da 1ª AIP;
- h) previsão de implantação da metodologia da Igesp em Passos e Alfenas;
- i) criação de mais uma companhia da PMMG e integração de ações em Passos;
- j) possível instalação de um Departamento Antidrogas em Poços de Caldas;
- k) criação da Companhia Escola em Poços de Caldas;
- l) previsão de início do Curso Especial de Formação de Sargentos no Município;
- m) trabalho, do Corpo de Bombeiros, de prevenção e de capacitação de cidadãos;
- n) recebimento de jovens cumprindo medidas socioeducativas pelo Corpo de Bombeiros;
- o) projetos da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal;
- p) infraestrutura da 13ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal;
- q) projetos da Defensoria Pública pela cidadania, junto a famílias pobres urbanas e rurais;
- r) trabalho conjunto realizado por secretarias municipais;
- s) duas novas patrulhas da Guarda Municipal;
- t) trabalho da Guarda Verde;
- u) redução de praticamente 80% nos danos a próprios públicos;
- v) projetos da Coordenadoria Especial de Juventude do Governo do Estado de Minas Gerais.

III.3) Problemas:

- a) carência de tratamento para usuários de drogas;

- b) falta de local de custódia para crianças e adolescentes em conflito com a lei;
- c) não construção do presídio em Poços de Caldas;
- d) superlotação da cadeia da Cidade;
- e) escassez de recursos humanos no 18º DPC;
- f) efetivo insuficiente na 18ª Região da Polícia Militar;
- g) redução do efetivo do Corpo de Bombeiros;
- h) inexistência de um Batalhão do Corpo de Bombeiros, ou de uma segunda companhia;
- i) efetivo reduzido na Polícia Rodoviária Federal;
- j) número insuficiente de Defensores Públicos;
- k) insuficiência de efetivo na Guarda Municipal;
- l) inexistência de uma unidade da Polícia Federal na região.

III.4) Carências a serem supridas

- a) implementação de tratamento para usuários de drogas;
- b) local de custódia para crianças e adolescentes em conflito com a lei;
- c) construção de um presídio em Poços de Caldas;
- d) recursos humanos para o 18º DPC, em especial Delegados e escrivães;
- e) aumento do efetivo da Polícia Militar;
- f) aumento do efetivo do Corpo de Bombeiros;
- g) aumento do efetivo da Polícia Rodoviária Federal;
- h) aumento do número de Defensores Públicos;
- i) estabelecimento de uma unidade da Polícia Federal na região.